

A ABORDAGEM DO ESTILO DE ÉPOCA ROMÂNTICO NO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DA DÉCADA DE 1970 AOS DIAS ATUAIS.

Clealdo Pinto Júnior¹

Resumo

O ensino de literatura nos últimos 30 anos tem utilizado o livro didático como importante instrumento pedagógico; contudo, percebe-se que os livros didáticos para o Ensino Médio apresentam diferentes abordagens ao tratarem dos temas literários, que refletem distintos ideais formativos. Este artigo analisa de forma diacrônica a abordagem da literatura romântica nos livros didáticos destinados ao Ensino Médio desde a década de 70 aos dias atuais. Objetiva, portanto, identificar os recursos empregados pelos autores para desenvolverem o capítulo referente ao Romantismo. Para embasar este estudo, procuramos a literatura pertinente de autores como: Freire (2000), Henrique (2011), Bender (2007), Silva (2009), Roters e Teixeira (2008) e outros; além de consultar as leis 5.692/71 e 9.394/96. A pesquisa divide-se em quatro etapas, sendo elas: escolha dos livros, leitura de referencial teórico, leitura dos livros didáticos e sistematização dos dados e, por fim, análise das obras. Conclui-se que a abordagem da literatura romântica nos livros para o Ensino Médio foi marcada por uma crescente valorização do tema, mas o trabalho com o texto literário, por sua natureza fragmentada, não desenvolve o letramento literário.

Palavras-chave: Literatura; Ensino Médio; Livro didático; Romantismo.

Abstract: The Approach of Romantic Era Style in High School: An Analysis of Textbooks from the 1970 to the present day

The teaching of literature in Brazil in the last 30 years has used the textbook as an important educational tool; however, it is clear that textbooks for the high school have different approaches when dealing with the literary themes that reflect different formative ideals. This article analyzes diachronically the romantic literature approach in textbooks for the high school from the 70s to today. It aims, therefore, to identify the resources used by the authors to develop the chapter to Romanticism. To support this study, we sought the literature of authors such as Freire (2000), Henry (2011), Bender (2007), Silva (2009), Roters and Teixeira (2008) and others; in addition to consulting the laws 5.692/71 and 9.394/96. The survey was divided into four stages, namely: choice of books, theoretical reading, reading textbooks and systematization of data and finally analysis of the works. It was concluded that the approach of romantic literature in the books for the high school was marked by a growing appreciation of the theme, but the work with the literary text, due to its fragmented nature, does not develop the literary literacy.

Keywords: Literature, high school; Textbook; Romanticism.

¹ Professor da rede pública no Estado do Ceará. Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade Padre Dourado e especialista em Políticas de Inclusão Racial na Educação Escolar pela UNILAB.

Resumen: I EL ABORDAJE DEL ESTILO DE ÉPOCA ROMÁNTICO EN LA ENSEÑANZA MEDIA: UN ANÁLISIS DE LOS LIBROS DIDÁCTICOS DE LA DÉCADA DE 1970 HASTA LOS DÍAS ACTUALES

la enseñanza de literatura en los 30 últimos años ha utilizado el libro didáctico como importante instrumento pedagógico; sin embargo, se percibe que los libros didácticos para la enseñanza media presentan distintos abordajes al tratar los temas literarios, que reflejan distintos ideales formativos. Este artículo analiza de forma diacrónica el abordaje de la literatura romántica en los libros didácticos destinados a la enseñanza media desde la década 70 hasta los días actuales. Objetiva, por lo tanto, identificar los recursos empleados por los autores para desarrollar el capítulo que se refiere al Romanticismo. Con el fin de basarse este estudio, buscamos en la literatura pertinente de autores como: Freire (2000), Henrique (2011), Bender (2007), Silva (2009), Roters e Teixeira (2008) y otros más; además de consultar la leyes 5.692/71 y 9.394/96. La investigación se divide en cuatro etapas, que son: elección de los libros, lectura de referencial teórico, lectura de los libros didácticos y sistematización de los datos y, al fin, análisis de las obras. Se concluye que el abordaje de la literatura romántica en los libros para la enseñanza media ha sido marcada por una creciente valorización de este tema, pero el trabajo con el texto literario, por su naturaleza fragmentada, no desarrolla el letramiento literario.

Palabras-clave: Literatura; Enseñanza Média; Libro didáctico; Romanticismo..

1. INTRODUÇÃO

A busca pela melhoria na qualidade do ensino acarretou diversas alterações nas práticas educativas ao longo dos anos. Os sistemas de ensino foram modificados, leis foram sancionadas, parâmetros, diretrizes e orientações curriculares surgiram de modo a assegurar a “formação adequada” aos estudantes brasileiros. Contudo, a própria definição de “formação adequada” não é algo pacífico e cristalizado no meio educativo. O passado recente do país apresenta distintas conjunturas políticas, algumas com maior, outras com menor liberdade de expressão. Seja no período de democratização ou na incidência da ditadura militar, sempre se vislumbrou um ideal formativo para os alunos das escolas públicas brasileiras.

Diante disso, o presente trabalho busca responder a seguinte pergunta: Como o estilo de época romântico é abordado nos livros didáticos de literatura da década 1970 até os dias atuais? Assim, mediante uma análise de conteúdo, “técnica de investigação que através de um análise objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto

das comunicações, tem por finalidade a interpretação desta mesma comunicação” (BERELSON s.d. apud TEXEIRA E ROTERS, 2008, p. 8), disponibilizam-se dados que possam contribuir para implementação de políticas públicas destinadas à melhoria na qualidade do ensino.

Destarte, optou-se pelo capítulo que tematiza o estilo de época romântico por compreender-se que oferece um maior acervo de obras e autores, bem como por ser o primeiro período a apresentar traços de uma literatura com característica nacional, embora ainda influenciada pela literatura europeia. O corpus da análise conta com nove obras didáticas, escolhidas segundo a preferência dos docentes ou o prestígio de seus autores.

A relação livro didático e qualidade do ensino não é algo novo. Muitos autores debatem o assunto e tecem críticas severas ao material didático disponível para os alunos. Deste modo, questiona-se a qualidade dos livros oferecidos aos estudantes, mas se reconhece a importância dos programas governamentais de distribuição dos livros didáticos.

Diante disso, a análise dessa amostra de livros didáticos busca contribuir com o conhecimento sobre o assunto na medida em que oferece subsídios para identificar entraves na aprendizagem dos discentes, pois, segundo Evangelista (EVANGELISTA 2001 apud SILVA 2009, p.1), os materiais contidos nos livros e manuais didáticos disponibilizados aos alunos não contribuem para o ensino de língua e literatura da maneira como estão estruturados, pois não apresentam textos integrais e utilizam o texto literário para o ensino de gramática e, portanto, não incentivam a leitura do texto literário integral.

Portanto, a presente pesquisa objetiva identificar diferenças na abordagem do conteúdo, nas propostas de atividades, no estudo do texto literário e no relacionamento do livro didático com o professor e o aluno, pois, conforme Paulo Freire (2000, p.8) “[...] a leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo”. Assim, é mister perceber-se que o texto não é um objeto fixo no qual o leitor busca os significados prontos por meio da interpretação ou dito de outro modo:

A palavra tem uma expressividade, mas a expressividade não pertence a palavra emitida, mas surge do contato entre a palavra e a realidade e expressa os valores de um homem inserido em um contexto social, com seus relacionamentos interpessoais e vivências e leituras realizadas. (BAKHTIN 1992 apud TEIXEIRA E ROTERS, 2008, p.2-3)

A Lei de Diretrizes e Bases (LEI 9.394/1996, Art. 35) aponta como finalidade do Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, “a preparação para o prosseguimento dos estudos, a preparação para o trabalho e cidadania, o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. (Grifo nosso)

A Constituição de 1988 (C.F. 1988, Art. 205) aponta como meta da educação “o pleno desenvolvimento

da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. Ainda na carta magna, é assegurado o atendimento ao estudante, em todas as etapas da Educação Básica, por meio da distribuição de material didático. (Art.208, VII). Contudo, o período que antecede a promulgação da Constituição de 1988 foi de privação de direitos, sobretudo de expressão e liberdade. No governo dos militares, o ensino tecnicista foi valorizado, garantindo mão de obra qualificada para a indústria. Assim, a formação profissional foi a base da LDB 5.692/1971, sendo a criticidade desconsiderada no dispositivo legal, mas já apontando a preparação para o prosseguimento dos estudos.

Paulo Freire (2000, p.23) nos alerta para o aspecto ideológico do processo educativo quando afirma que “Do ponto de vista político, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político”. O pedagogo ainda afirma que “A insistência na quantidade de leituras sem o devido adentramento nos textos a serem compreendidos, e não mecanicamente memorizados, revela uma visão mágica da palavra escrita”. (FREIRE 2000, p.17)

Muitos são os segredos que envolvem a edição de material didático para distribuição aos alunos de escola pública. Muitos aspectos são considerados pelos autores para adotar uma abordagem didática ou outra. Assim, somente a partir de uma análise objetiva dos livros didáticos ao longo do percurso de democratização poder-se-á fazer uma análise crítica dos livros didáticos, percebendo tendências e características de cada período em estudo e identificando ideologias que subjazem na superfície textual.

2. O LIVRO DIDÁTICO AO LONGO DOS ANOS

O baixo desempenho dos alunos egressos do Ensino Médio na leitura e produção textual tem preocupado educadores e gestores públicos. A

crise dos estudos literários pode estar relacionada a uma visão utilitarista, segundo a qual os conteúdos trabalhados visam à apropriação de resultados técnicos (LARROSA 1998 apud BENDER 2007, p. 26). Na ânsia de promover melhorias na qualidade do ensino oferecida aos jovens estudantes de escola pública no Brasil, mudanças na legislação foram empreendidas e políticas públicas foram asseguradas, almejando uma distribuição igualitária de oportunidades. Diante desse panorama, o Livro Didático recebeu atenção especial, garantindo-se sua distribuição aos alunos carentes e adequando sua proposta curricular às normas legais que orientam a produção de material didático desde a década de 1970.

A preocupação com o Livro Didático foi mais intensa a partir da década de 1930. Em 1937, o governo desenvolveu uma política de incentivo à leitura por meio da distribuição de obras de interesse educacional e cultural. Entretanto, o contexto político do Estado Novo, governo ditatorial de Getúlio Vargas, determinou uma maior preocupação político-ideológica do que didática. A década de 1960 foi marcada por um grande desenvolvimento econômico, bem como por um relacionamento aproximado entre os governos brasileiro e americano, havendo uma subserviência do Brasil ao Estados Unidos. Em 1968 foi criada a FENAME (Fundação Nacional do Material Escolar). Entre 1970 e 1980, há uma preocupação maior com o conteúdo dos Livros Didáticos através de avaliações críticas que identifique o caráter ideológico das obras, dirigido ao capitalismo. Ainda na década de 1980, o governo intensifica a assistência a crianças carentes por meio da disponibilização de Livros Didáticos, que passam a ser reutilizados. Em 1985 é criado o Plano Nacional do Livro Didático, política que persiste até hoje, havendo uma progressiva melhoria na qualidade dos livros, de modo a assegurar maior durabilidade. (BENDER 2007, p.36)

2.1 Aspectos legais

A vida em sociedade é sempre regulada por leis, que procuram assegurar direitos e estabelecer limites à atuação de terceiros, garantindo uma relação harmoniosa entre as pessoas. No recorte histórico que esse trabalho focaliza, muitas normas, leis e orientação foram emitidas com o fito de aprimorar o processo educativo. Contudo, dada a maior relevância para a discussão que ora se promove sobre os Livros Didáticos, quatro instrumentos normativos merecem maior atenção, sendo eles: a Lei 5.692/1971, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), A Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

A Lei 5.692/1971, que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º Graus, está sustentado no tripé profissionalização, eficiência/eficácia e objetividade. Já em seu artigo primeiro é possível constatar o tratamento objetivo que é dado às intervenções pedagógicas, quando diz que “O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania”. (LEI 5.692/71, Art. 1)

Assim, a formação deve ser “necessária”, evitando-se, pois, recursos prolixos, haja vista dificultarem a apreensão dos conteúdos e despenderem mais recursos para sua efetivação. Percebe-se, pois, que os elos de sustentação desta lei estão imbricados, pois sendo objetivo, atende-se ao princípio de economicidade, que decorre de uma postura eficiente e eficaz. A eficiência consiste em fazer algo com poucos recursos. Já a eficácia refere-se a realizar uma atividade com esmero, perfeição, garantindo que o melhor resultado seja obtido (ALEXANDRINO; PAULO 2012, p.200). O artigo segundo ratifica essa fala quando afirma que: “O

ensino de 1º e 2º graus será ministrado em estabelecimentos criados ou reorganizados sob critérios que assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, sem duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes”. (LEI 5.692/71, Art. 2)

A profissionalização é decorrência do ensino tecnicista que dominou o governo dos militares e almejava garantir empregabilidade aos egressos do 2º Grau como forma de dignificação humana, ao passo que qualificava mão de obra para as empresas que se instalaram no país em decorrência do aquecimento econômico nesse período. Diante desses fatores, alguns estudiosos entendem que a lei 5.692/71 deixou marcar indeléveis na educação brasileira. Dentre esses pesquisadores, podemos citar o professor Ezequiel Theodoro da Silva (1993), quando ele afirma “que a orientação tecnicista da Lei 5.692/71 pesou sobremaneira na degradação do magistério brasileiro”. (SILVA 1993, p.52)

Neste sentido, o material didático produzido durante a vigência da lei 5.692/71 vai refletir os princípios de profissionalização, economicidade, objetividade, eficácia e eficiência. Logo, a apresentação dos conteúdos devia apresentar as informações “necessárias ao desenvolvimento de suas potencialidades” (LEI 5.692/71, Art. 1), abdicando de conjecturas subjetivas, uma vez que a criticidade não estava entre as habilidades a serem desenvolvidas.

A Constituição Federal trata especificamente da educação entre os artigos 205 e 214. Apesar da preocupação com a qualificação para o trabalho, pode-se perceber que a carta constitucional apresenta como preocupação maior: o exercício da “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte, o saber, gestão democrática do ensino público e o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas”. (C.F 1988, Art.

206) Dentro da seara desta pesquisa, interessa de modo especial o artigo 208, que trata dos deveres do Estado. Neste artigo, o inciso VII determina ser dever do Estado garantir “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”. (C.F. 1988, Art. 208, VII; grifo nosso)

Deste modo, a Constituição confere grande valorização ao Livro Didático, pois é possível inferir que “o pleno desenvolvimento da pessoa” (C.F 1988, Art. 205) se dá com o apoio do Livro Didático. Acerca das etapas da educação básica, o Ensino Médio passou a fazer parte dela com a LDB 9.394/96, mas a distribuição de Livro Didático para esta etapa do ensino é algo recente, datando do ano de 2006. (BENDER 2007, p.38)

Em 1996, a Lei nº 9.394, lei de diretrizes e bases da educação nacional é sancionada, recepcionando os anseios por melhorias já elencados na constituição, tais como liberdade e desenvolvimento crítico. Além de incluir o Ensino Médio na educação básica, assegurar diversas modalidades de ensino, que atendam a diversidade de interesses do público, a LDB 9.394/96 distribuiu responsabilidades entre os entes federados, além de responsabilizar o Estado pela progressiva distribuição de material didático, inclusive material específico e diferenciado para atender a comunidades indígenas. (LEI 9394/96, Art. 79, IV)

Contudo, uma lei não responde a todas as dúvidas em relação à sua aplicação, sobretudo aquelas decorrentes da prática educativa, do trabalho em sala de aula. Como desenvolver integralmente o aluno e torná-lo crítico? Como tornar as aulas de literatura e português atraentes para uma geração tecnológica? Quais os conteúdos a serem trabalhados? Essas e outras dúvidas inquietaram os gestores educacionais e face ao clamor por

respostas, surgiram os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Os parâmetros curriculares promoveram uma nova organização do Ensino Médio, por meio da estruturação de três grandes áreas: Linguagens e Códigos, Ciências Humanas e Ciências da Natureza. É mister esclarecer que a divisão não torna as áreas estanques e incomunicáveis, mas apenas congrega disciplinas e conteúdos curriculares afins. Portanto, o “novo Ensino Médio deverá preparar para a vida, qualificar para a cidadania e capacitar para a aprendizagem permanente, considerando, assim, o aluno como sujeito de sua aprendizagem”. (BENDER 2007, p.28)

Diante disso, o Livro Didático, após a edição dos PCNs, não é visto como “um fim em si mesmo”, não é dono da verdade. Os estudantes estão a todo instante mudando suas convicções através dos relacionamentos sociais e dos novos saberes. Estas alterações procuram adaptá-los ao meio em que se acham inseridos. (MUNARI 2010, p.30) Assim, não há verdades absolutas. A esse respeito já nos alertava Piaget ao afirmar que “uma verdade aprendida não é mais que uma meia verdade, enquanto a verdade inteira deve ser reconquistada, reconstruída ou redescoberta pelo aluno”. (PIAGET 1950 apud MUNARI 2010, p.17)

Os PCNs apontam que o aluno deve construir sua aprendizagem, mediada pelo professor e apoiada pelo Livro Didático. Contudo, dada a diversidade de informações disponíveis, sobretudo com o advento da tecnologia, e a facilidade de acesso, cabe ao aluno livre e crítico dirigir seu processo de aprendizagem, priorizando as informações que atendem à sua realização pessoal.

2.2 Contexto de produção das obras

As nove obras analisadas nesse trabalho foram desenvolvidas em contextos sociais bastante

diferenciados, algumas sob a égide de um governo ditatorial, tecnicista e com uma orientação capitalista; outras se desenvolveram no período de democratização. Durante esse percurso, assistiu-se ao progressivo desenvolvimento tecnológico, fato que marcou profundamente a vida das pessoas, haja vista a facilidade e instantaneidade do acesso à maioria das informações. Por conseguinte, os Livros Didáticos refletem e veiculam posturas ideológicas que caracterizam os interesses dominantes em cada período. No governo militar, valorizava-se a objetividade, a sistematização de dados, a formação profissional e o moralismo. Com o advento da democracia, a liberdade e o respeito às diferenças vão ditar os rumos da sociedade brasileira, buscando formar cidadãos críticos, proativos e capazes de conduzir suas vidas.

3. METODOLOGIA

A pesquisa que fundamenta este trabalho desenvolveu-se em quatro etapas. A primeira dessas etapas consistiu a escolha das obras representativas de cada período, ação que demandou uma avaliação qualitativa dos livros, fundamentada em critérios como preferências mercadológicas e viabilidade de aquisição. Quando se fala em preferências mercadológicas, procura-se demonstrar que a maioria das obras representa a preferência de educadores, desde que lhes foi facultada a escolha dos Livros Didáticos. Já em referência à viabilidade de aquisição, deve-se, sobretudo, à recente política de distribuição de livros didáticos para o Ensino Médio, tornando-os escassos nas décadas de 1970 e 1980.

A segunda etapa foi a seleção e leitura do referencial teórico que fundamenta este trabalho. Os autores escolhidos desenvolvem pesquisas nos seguintes eixos temáticos: linguagem, ensino e/ou análise de livros e manuais didáticos.

Em um terceiro momento, procedeu-se a leitura de cada uma dos nove Livros Didáticos que constituem o corpus deste trabalho cujos títulos transcrevemos a seguir: Lajolo (1977); Marino (1980); Martos e Mesquita (1983); Cereja e Magalhães (1999); Sarmiento (2004); Ramos (2013); Cereja e Cochar (2013); Faraco, Moura e Maruxo (2013) e Sette, Travalha e Starling (2013).

Ainda na terceira etapa, busca-se identificar a maneira como o período do Romantismo brasileiro foi apresentado em cada obra, qual foi a disposição gráfica destinada em cada livro para apresentar o conteúdo, se foram utilizados textos literários e, em caso afirmativo, quais os autores escolhidos. Ainda em relação ao texto literário, verifica-se se ele é transcrito na íntegra ou mediante a fragmentação textual e que abordagens são feitas com este texto. Além disso, procurou-se identificar a presença ou ausência de recursos não-verbais, tais como imagens e símbolos, quais as estratégias usadas para a apresentação da literatura romântica. Por fim, procede-se a um estudo dos exercícios propostos nos Livros Didáticos, buscando reconhecer diferenças de abordagens nas diferentes obras.

A quarta e última etapa refere-se à sistematização dos dados coletados por meio da confecção de gráfico e à análise das obras, buscando identificar semelhanças e diferenças nas abordagens realizadas. Nesta etapa, os dados coletados são apontados e interpretados à luz do referencial teórico e da legislação correlata, asseverando diferenças e/ou semelhanças estéticas, pragmáticas, metodológicas e ideológicas na apresentação do estilo de época romântico nas obras analisadas.

3.1 Análise e apresentação das obras

Os Livros Didáticos de literatura modificam-se a todo momento e procuram adequar-se às exigências mercadológicas. Durante os últimos 35 anos, verificaram-se variadas conjunturas políticas e econômicas, que determinaram alterações na produção editorial brasileira. Dentre essas distintas realidades, a ditadura militar e sua ideologia capitalista fizeram os livros priorizar uma formação técnica que habilitasse o estudante a ingressar no mercado de trabalho. Neste sentido, a formação humanística foi relegada a segundo plano, pois interessava ao governo qualificar os futuros trabalhadores das indústrias ou prestadores de serviços. Não cabe a esta pesquisa avaliar o mérito dessa postura dos governantes, mas o fato é que os livros desenvolvidos sob a égide da ditadura apresentam um teor tecnicista e sintético, assegurando o acesso às informações e técnicas indispensáveis à capacitação do futuro trabalhador. Assim, podemos distinguir dois momentos diferentes na produção de Livros Didáticos desde a década de 1970 até hoje: um marcado pelo tecnicismo e o outro com um caráter interacionista. Deste modo, apresentamos o gráfico seguinte para auxiliar na análise que será desenvolvida.



Gráfico 1: Gráfico resumo dos recursos usados pelos autores (Produzido pelo autor)

A análise do gráfico acima permite identificar uma menor relevância dada à literatura romântica desde a obra de Lajolo (1977) até a obra de Ramos (2013), muito embora já seja perceptível uma mudança valorativa crescente a partir de Cereja (1999). O número de páginas exemplifica o pequeno espaço destinado à literatura nos anos de vigência mais intensa do tecnicismo. Quando se fala em “vigência

mais intensa do tecnicismo”, está-se afirmando que mesmo os Livros Didáticos contemporâneos ainda conservam resquícios tecnicista em seu escopo, pois não desvinculam o ensino de gramática e literatura dos processos seletivos que os alunos enfrentaram como, por exemplo, ENEM e vestibulares. Assim, quando se falar em livros sob a influência tecnicista, deve-se compreender aqueles anteriores à LDB 9.394/96.

Além do número de página, percebe-se que os livros caracterizados como tecnicista priorizavam o ensino da gramática e o desenvolvimento da compreensão textual e da escrita. Dessa maneira, os exercícios que exigem uma expressão escrita ou a identificação de significados de vocábulos são bastante abundantes, bem como aquelas atividades que utilizam o texto literário para identificar relações coesivas, tais como a coesão referencial.²

O uso de imagens como recurso pedagógico foi menosprezado nos Livros Didáticos do grupo tecnicista, conforme podemos perceber pelo gráfico. Contudo, percebemos uma ascensão da importância do conteúdo imagético ao longo das obras analisadas. Assim, partindo de Lajolo (1977), em que nenhuma imagem foi usada, chega-se a Ramos (2013) e Cereja (2013), em que se constata a presença de 64 imagens. O próprio Cereja (2013) ilustra esse despertar para a importância da imagem como recurso pedagógico de desenvolvimento do educando, pois se comparado Cereja (1999) a Cereja (2013), obtêm-se uma variação de 17 para 64 imagens, representando um aumento de aproximadamente 376%. Diante disso, não há dúvida que, conforme os Livros Didáticos abandonavam o caráter tecnicista e adentravam no universo interacionista, uma maior valorização da imagem ocorria. Assim, cabia ao aluno interagir com o conteúdo imagético e identificar seus múltiplos significados.

O uso modesto de imagens e um menor número de páginas das obras de caráter tecnicista corroboram também com a política de economicidade e objetividade empreendida pelos militares. Essa busca por um gasto menor se manifestou tanto na quantidade de páginas como no uso de imagens, uma vez que a utilização de imagem demanda um gasto maior de recursos gráficos e técnicos. Por conseguinte, o incremento de imagens nas obras interacionista representou uma postura afirmativa do caráter pedagógicos desses recursos por parte do governo e culminou também em um maior investimento na elaboração dos Livros Didáticos. Observemos a discrepância apresentada quanto ao uso de imagens entre as obras tecnicistas e

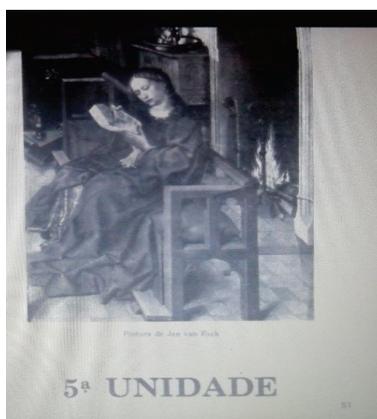


Figura 1: Página do livro dos anos 1980



Figura 2: Páginas dos livros anos 2010

² “Chamo, pois, de coesão referencial aquela em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro(s) elemento(s) do universo textual”. (KOCH 1994, p.30; grifo do autor)

A figura 1 apresenta a única imagem utilizada por Marino (1980). Esta imagem aparece em preto e branco, não havendo nenhuma abordagem em relação à sua presença no texto. No entanto, a figura 2 traz, em apenas duas páginas das sessenta e cinco em que o Romantismo é apresentado na obra de Cereja (2013), nove imagens, que instrumentalizam a abordagem do autor. Diante disso, é fato que, no grupo tecnicista, o uso de imagens é limitado e seu valor didático menosprezado, uma vez que não há uma análise desse conteúdo. Já nos interacionistas, as imagens são estudadas e, não raro, dissacadas pelos autores dos Livros Didáticos, servindo de importante recurso de aprendizagem.

A quantidade de imagens e o uso das cores provam a diferença ideológica que orienta os períodos tecnicistas e interacionistas. Assim, os tecnicistas se preocupavam com a economicidade e não se viam tão pressionados pela concorrência no mercado de trabalho, por isso usavam poucas imagens e preferiam o monocronatismo. Por outro lado, os interacionistas se viam pressionados a produzir obras que despertassem o interesse dos alunos e distinguissem da ampla produção didática nacional. Deste modo, imagens e cores ganham importância, mas acarretam um aumento de custos na produção dos Livros Didáticos ao longo do período estudado. No entanto, tal aumento de custos alinhou-se a um aumento de investimentos governamentais na produção de Livros Didáticos para a Educação Básica brasileira. Destarte, comparar Livros Didáticos tecnicistas e interacionistas fora do seu contexto de produção seria uma postura leviana e inconsequente.

O gráfico resumo (figura 1) mostra que os Livros Didáticos editados após a promulgação da LDB 9.394/96 atribuem importância à imagem como recurso pedagógico, possuindo uma média aproximada de 43 imagens³. Algumas dessas imagens retratam o momento histórico, outras

trazem as paisagens que caracterizam o estilo de época romântico e a maioria apresenta os autores de destaque da literatura romântica.

O uso de texto como recurso de auxílio pedagógico não recebeu muita atenção nas obras iniciais do grupo tecnicista, pois se preferia apresentar o contexto histórico da produção romântica e investir numa sistematização das principais características desse estilo de época. Assim, Lajolo (1977) traz três fragmentos de texto literário, todos de autoria de José de Alencar, fato que demonstra uma primazia da prosa sobre a poesia na produção didática destinada ao Ensino Médio nos anos iniciais do período em análise. Marino (1980) não apresenta nenhum texto e mostra-se sucinto ao longo das quatro páginas destinadas à literatura romântica. Martos (1983) ratifica a tendência objetivista do grupo tecnicista, pois traz um conteúdo sintético nas 12 páginas destinadas ao Romantismo, mantendo-se fiel ao princípio de economicidade apregoado pela LDB 5.692/71. No entanto, os livros pertencentes ao grupo interacionista contêm uma média de 54 textos, fato que demonstra uma percepção da relevância do texto como recurso para a ação pedagógica. Dentre esses textos, predominam fragmentos de obras literárias e pode-se constatar um crescimento em importância da poesia ao longo do período analisado, mas o gênero prosa predomina.

Quanto aos autores trabalhados, verifica-se que os dois grupos mantêm-se fiéis aos cânones literários, optando por textos consagrados pelo público leitor e pela crítica literária. Não é raro se encontrar o mesmo fragmento de texto literário em dois ou mais Livros Didáticos analisados. A esse respeito, é mister destacarmos que, no livro de Sette (2013), encontram-se destacados diversos autores que não figuram nas demais obras analisadas, dentre esses: Luís Gama, Juvenal Galeno, Antônio Gonçalves Teixeira Souza, Maria Firmino Reis e João de Deus. Esses autores são

³. Acerca de média, vide o conceito apresentado em <http://www.somatematica.com.br>. - Data do acesso: 23/02/2016

mencionados na seção “Na bagagem” e alguns têm seus textos apresentados ao longo do capítulo, enquanto outros são apenas citados.

A menção a esses autores não inscritos no cânone não significa que em Sette (2013) não se apresentem os escritores renomados do Romantismo, tradicionalmente presentes nos Livros Didáticos de literatura para o Ensino Médio. Diante disso, a referência a esses autores românticos constitui um diferencial da obra, uma vez que suscita a pesquisa e o protagonismo do estudante.

O trabalho com o texto literário, tanto nas obras tecnicista como nas interacionistas, não prioriza a formação do leitor literário. Muitos fragmentos são apresentados apenas para exemplificar uma determinada característica do Romantismo. Principalmente nos livros tecnicistas, verifica-se que alguns fragmentos são bastante reduzidos e não permitem a percepção da obra literária na íntegra. Já os livros interacionistas, trazem fragmentos maiores, mas também não priorizam o letramento literário e deixam para o aluno a responsabilidade de desenvolver o gosto pela literatura. Deste modo, diversos textos são usados para ensinar aos alunos a escansão dos versos ou destinam-se a exemplificar as figuras de linguagem trabalhadas na unidade, tanto nas obras tecnicistas como nos livros ditos interacionistas.

texto literário, tanto nas obras tecnicista como nas interacionistas, não prioriza a formação do leitor literário. Muitos fragmentos são apresentados apenas para exemplificar uma determinada característica do Romantismo. Principalmente nos livros tecnicistas, verifica-se que alguns fragmentos são bastante reduzidos e não permitem a percepção da obra literária na íntegra. Já os livros interacionistas, trazem fragmentos maiores, mas também não priorizam o letramento literário e deixam para o aluno a responsabilidade de

desenvolver o gosto pela literatura. Deste modo, diversos textos são usados para ensinar aos alunos a escansão dos versos ou destinam-se a exemplificar as figuras de linguagem trabalhadas na unidade, tanto nas obras tecnicistas como nos livros ditos interacionistas.

As obras posteriores à LDB 9.394/96 apresentam sugestões de filmes, músicas e museus, que colaboram com o aprendizado do aluno e atendem ao dinamismo apregoado por essa lei, na medida em que viabilizam o protagonismo estudantil, a aprendizagem autônoma e o prosseguimento dos estudos. É mister esclarecer que a maioria desses recursos também esteve à disposição dos autores do grupo tecnicista para que fossem indicados aos alunos, mas a abordagem didática adotada pelos tecnicistas possuía uma natureza pragmática e objetiva, além da economicidade que caracterizou a produção didática anterior à LDB 9.394/96 indicar uma abordagem mais direta e sintética em nome da redução das despesas. Diante disso, somente nas obras interacionistas é possível perceber o interesse em tornar o aluno corresponsável pelo seu aprendizado, mediante a interação com múltiplos recursos linguísticos. Neste sentido, o desenvolvimento tecnológico verificado nos últimos anos é interpretado como aliado nas produções didáticas para o Ensino Médio do grupo interacionista, conforme pode ser comprovado pelas sugestões de filmes, músicas, livros para aprofundamento da leitura e visitas a museus, trazidos por essas obras de modo inovador.

Por fim, as obras didáticas criadas após o surgimento da Lei 9.394/96 buscam despertar nos alunos o espírito crítico, mediante o estabelecimento de relações e intercruzamentos de diversas saberes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de material didático não ficou indiferente às distintas conjunturas políticas verificadas no Brasil nas últimas três décadas. Períodos de maior ou menor liberdade de expressão imprimiram nos livros didáticos seus anseios de produção do homem ideal. Contudo, as transformações sentidas no meio fizeram o ideal humano variar e exigiu dos autores uma sensibilidade aguçada para que seus livros pudessem espelhar o padrão de desenvolvimento humano exigido pela sociedade.

A diferença entre os livros produzidos antes da LDB 9.394/96 e após o surgimento desse dispositivo legal não reside simplesmente no aspecto formal, como número de páginas, quantidade de imagens e textos ou desenho gráfico da obra. Tais características são apenas sintomáticas de uma abordagem ideológica diferenciada nos dois grupos identificados, a saber: tecnicistas e interacionistas. Deste modo, os livros didáticos produzidos nos dois períodos refletem concepções distintas de homens que se almeja produzir. Os tecnicistas buscam produzir um homem-trabalhador, que domina um saber compartimentado e especializado, que é adquirido mediante o processo de instrução formal. Já a ideologia interacionista enfatiza uma formação generalista e integral. Segundo esta concepção, cabe ao aluno a decisão dos caminhos a seguir e quais conteúdos devem receber maior atenção ou aprofundamento. Assim, o minimalismo tecnicista opõe-se à formação generalista dos interacionistas, os primeiros buscam a qualificação técnica ao passo que os segundos objetivam o desenvolvimento de seres capazes de dirigir seu processo de aprendizagem.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. Direito administrativo descomplicado. 20ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2012. p. 200 – 220.

AMARAL, Emília [et al.]. Novas Palavras. 2ª ed.- São Paulo: FTD, 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 5692/71. Brasília: 1971.

BENDER, Eliane A. O livro didático de Literatura para o Ensino Médio (Dissertação de Mestrado). Departamento de pós-graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CEREJA, William Roberto. Português: linguagens. V.2. 3ªed. São Paulo: Atual, 1999.

CEREJA, William Roberto. Português: linguagens 2. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam 40ªed. São Paulo, Cortez, 2000.

HENRIQUE, Fabiana. O livro didático e a formação do leitor literário. (Dissertação de Mestrado). Programa de pós-graduação em Educação – PPGE. Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2011.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A coesão textual. 7ªed. São Paulo: Contexto, 1994. – (Repensando a língua Portuguesa)

LAJOLO, Marisa. Caminhos da linguagem: área de comunicação e expressão. 2º Grau. São Paulo, África, 1977.

MARINO, Elda Randoli. Estudo de Português para o 2º grau. São Paulo: ed. do Brasil, 1980.

MARTOS, Cloder Rivas. PAI, Processo auto- instrutivo: língua e literatura: 2º grau. São Paulo: Saraiva, 1983.

- MUNARI, Alberto. Jean Piaget. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio). Brasília: MEC, 2000.
- ROTTERS, G. A.; TEIXEIRA, R. F. B. Leitura Literária e Livro Didático: uma parceria possível? In: VII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 2008, Curitiba. Anais EDUCERE 2008, 2008.
- SARMENTO, Leila Lauar. Português: literatura, gramática, produção de texto: volume único. São Paulo: Moderna, 2004.
- RAMOS, Rogério de. Ser Protagonista: Língua Portuguesa, Ensino Médio. 2ªed. São Paulo: Edições Sm, 2013.
- SETTE, Maria das Graças Leão. Português: linguagem e conexão, volume 2. São Paulo: Leya, 2013.
- SILVA, Danielle A. R.; FRITZEN, C. Livro didático e ensino de literatura: o que dizem as pesquisas de pós graduação In: 17º. COLE, 2009, Campinas. Anais do Congresso de Leitura do Brasil. Campinas: UNICAMP/FE/ALB. 2009. P 01- 09.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. Magistério e mediocridade. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- SILVA, H. Ensino de Língua Portuguesa e Literatura na Educação Básica Brasileira. In: Congresso de Leitura do Brasil, 2009, Campinas SP. Anais do Congresso de Leitura do Brasil. Campinas SP: Unicamp; ALB, 2009.
- SILVA, Jackeline Anne dos Santos. O estudo da literatura no Ensino Médio (monografia). Centro de ciências humanas, letras e artes. Departamento de Letras